

Tema # 14 – Principles and Criteria for Sustainable Biofuels

Certificação Florestal

Luís Fernando Guedes Pinto

Secretário Executivo

IMAFLOTA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

Engenheiro Agrônomo e Doutor pela ESALQ/USP.

1. Introdução

A biomassa deve se estabelecer como importante componente da matriz energética mundial, especialmente como combustível para veículos, sendo a principal alternativa para a transição dos combustíveis fósseis para outras fontes de energia, como o hidrogênio e a eletricidade. Embora a biomassa seja considerada uma matéria-prima renovável, e portanto, mais adequada do ponto de vista ambiental que os combustíveis fósseis; sua produção pode ter significativos impactos ambientais e sociais, inclusive sobre o ciclo de carbono e o aquecimento global.

Estes impactos estão relacionados principalmente à produção agrícola da biomassa, são gerados nas unidades de produção ou propriedades rurais e englobam aspectos agrônômicos, ecológicos e trabalhistas. Todavia, embora a ação do impacto ocorra na propriedade, seu efeito se amplifica para as bacias hidrográficas, para a paisagem e as comunidades que circundam as propriedades. Entre estes impactos, podemos citar o desmatamento, a poluição do solo e da água por fertilizantes, agrotóxicos e resíduos, trabalho precário, infantil ou forçado, entre outros.

A produção de *commodities* agrícolas é frequentemente relacionada com a degradação dos recursos naturais (água, solo e biodiversidade) e com a deterioração das relações trabalhistas e desrespeito aos direitos humanos, havendo diversos estudos que comprovam esta afirmação. Por outro lado, também há iniciativas de produção agrícola em diferentes escalas, com alto desempenho socioambiental, onde os recursos naturais são conservados e até recuperados e as questões trabalhistas e sociais são consideradas e contribuíse para uma melhoria da qualidade de trabalhadores e comunidades associadas.

Portanto, é necessário haver mecanismos que estimulem a produção responsável e comprometida com o conceito de Desenvolvimento Sustentável e outros que desestimulem a produção irresponsável e degradadora de aspectos socioambientais. Além do contínuo avanço em ciência e tecnologia e o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas, deve haver outros instrumentos que estimulem e promovam a produção responsável. Entre estas, destacaremos a certificação socioambiental.

2. Certificação – conceitos

A certificação é um instrumento que garante determinadas características de produtos ou processos produtivos, diferenciando estes produtos e, eventualmente seus produtores. Logo, pode ser compreendida como uma mera ferramenta de mercado. Porém, acreditamos que ela possa contribuir para o incentivo de mudanças socioambientais, transformando-se também num mecanismo de governança. Neste caso, consumidores optam por produtos oriundos de processos comprometidos com o desenvolvimento sustentável, influenciando sua forma de produção. Além dos consumidores no ato da compra, a sociedade civil pode passar a ter maneiras de influenciar e monitorar processos produtivos e empreendimentos que interferem direta ou indiretamente na sua qualidade de vida.

Para que a certificação possa conciliar o mercado com a governança com credibilidade, isto é, benefícios econômicos aliados à mudanças socioambientais, um sistema de certificação deve ter algumas características:

- a) caráter voluntário.
- b) avaliações independentes, sem conflito de interesse entre certificadores e empreendimentos certificados.
- c) sistemas que garantam transparência quanto à definição das normas ou padrões de certificação e quanto à aplicação das normas pelos certificadores. Preferencialmente, os processos de certificação devem ser públicos, assim como o resultado geral das auditorias dos empreendimentos certificados.
- d) normas ou padrões compatíveis com a ciência e tecnologia existentes a respeito do processo produtivo em questão. Estas devem garantir um desempenho socioambiental mínimo e garantir que os empreendimentos certificados mantenham um processo de melhoria contínua em direção à sua sustentabilidade. Além do apoio na ciência e tecnologia, as regras devem ser definidas em um processo político que envolva as partes interessadas pelos aspectos socioambientais e econômicos do setor em questão, de maneira representativa e equilibrada.
- e) benefícios econômicos que estimulem o engajamento de empreendimentos certificados e proporcionem vantagens que compensem os eventuais custos de investimentos para a conquista da certificação e sua manutenção. Estes benefícios podem ocorrer pela manutenção ou abertura de mercados, sobre-preço, créditos diferenciados, remuneração por serviços ambientais, políticas públicas especiais, ou simplesmente pela melhoria da imagem institucional.

- f) rastreabilidade, que garanta ao consumidor a origem da matéria-prima certificada ao longo da cadeia de processamento e comercialização do produto final.

Destacamos as especificidades de sistemas de certificação participativa, onde pequenos produtores se organizam e criam um sistema interno que garante a aplicação de normas desenvolvidas de maneira participativa para diferenciar e garantir determinadas características de seus produtos ou processos produtivos. Os desafios destes sistemas são os mesmos dos de avaliação independente, onde deve-se buscar mecanismos para garantir a transparência e efetividade da certificação ou verificação.

Portanto, a criação e aplicação da certificação depende do sistema que a regula. Em geral, normas, certificadores, entidades de acreditação e logomarcas registradas são componentes de um sistema de certificação.

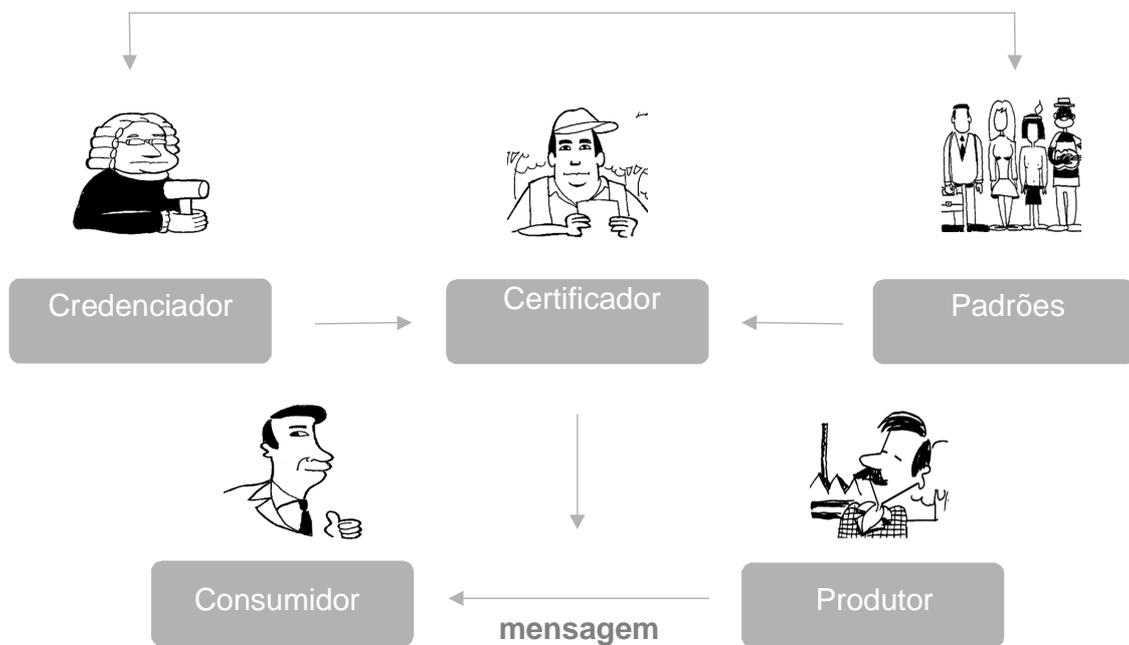


Figura 1. Componentes de um sistema de certificação

3. Sistemas existentes

As certificação de biocombustíveis pode ocorrer pela criação de um sistema especial ou pela aplicação dos sistemas de certificação agrícola com abordagem socioambiental já existentes. Entre estes, ressaltamos os existentes com maior relevância no cenário internacional e nacional:

- Certificação orgânica – opera em diferentes sistemas, onde variam inclusive as normas, dependendo do país e sua legislação, onde está

regulamentada. O principal sistema internacional independente e não governamental é do IFOAM (International Federation of Organic Agricultural Movement). A certificação orgânica é a mais importante atualmente em termos de área certificada e diversidade e quantidade de produtos disponíveis. Avalia questões socioambientais, com ênfase para a produção livre de agrotóxicos e insumos químicos, garantindo alimentos e matérias-primas saudáveis e um ambiente livre de contaminação por agrotóxicos e outras substâncias sintéticas. Nos últimos anos as normas de certificação passaram a ser regulamentadas por países e blocos de países. Assim, há diferentes normas para o mercado dos EUA, Europa e Japão. No sistema dos EUA, por exemplo, aceita-se material transgênico como orgânico, o que não ocorre no sistema independente do IFOAM e de outros países. Informações sobre o IFOAM são encontradas em <http://www.ifoam.org/> Como exemplo de um sistema de certificação orgânico, apresentamos os itens das Diretrizes do Instituto Biodiâmico de Botucatu – www.ibd.com.br

1. Condições para o uso do selo
 2. Conversão de propriedades
 3. Reconhecimento para uso do selo
 4. Identificação de embalagens e rotulação
 5. Estruturação geral, cobertura florestal e aspectos sociais do organismo agrícola
 6. Adubação
 7. Controle de pragas e doenças, reguladores de crescimento e controle de contaminação
 8. Produção de mudas e sementes
 9. Criação animal e produtos de origem animal
 10. Processamento, armazenagem, transporte e empacotamento da produção
- Comércio justo – existem alguns sistemas, sendo o da FLO (Fair Trade Labelling Organization) o de maior abrangência internacional. Este sistema é direcionado para beneficiar pequenos produtores, garantido relações comerciais diferenciadas e de longo prazo entre estes produtores e compradores. No Brasil está em desenvolvimento uma nova proposta de Comércio Ético, Justo e Solidário, liderado pelo Instituto FACES. Informações sobre o FLO podem ser obtidas em <http://www.fairtrade.net/> e sobre o FACES em <http://www.facesdobrasil.org.br/fb/>
 - Rede de Agricultura Sustentável (RAS) – é um sistema criado por um grupo de ONGs da América Latina para promover mudanças socioambientais na produção agrícola desta região, conhecido por usar o selo *Rainforest Alliance Certified*. Hoje tem atuação inicial em regiões tropicais da África e da Ásia. Avalia questões socioambientais, com

ênfase para a conservação da biodiversidade e relações trabalhistas na unidade de produção. Mais informações sobre a RAS podem ser obtidas em <http://www.ra.org/programs/agriculture/index.html> e <http://www.imaflora.org/?fuseaction=content&IDassunto=14>. As normas da RAS envolvem os seguintes itens, organizados em dez princípios, detalhados em critérios:

1. Sistema de gestão social e ambiental
2. Conservação de ecossistemas
3. Proteção da vida silvestre
4. Conservação dos recursos hídricos
5. Tratamento justo e boas condições de trabalho
6. Saúde e segurança ocupacional
7. Relações com a comunidade
8. Manejo integrado dos cultivos
9. Manejo e conservação do solo
10. Manejo integrado dos resíduos

- FSC (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal). Embora seja um sistema de certificação florestal, poderá ser aplicado para biocombustíveis, seja pelo uso da madeira ou celulose para produção de energia. É um sistema consolidado para o setor florestal no Brasil e no mundo, com abordagem socioambiental, tanto para manejo de florestas naturais como para plantações de árvores. É o mais avançado do ponto de vista de transparência e equilíbrio e controle social. Poderia ser aplicado facilmente para o setor, desde que exista interesse de mercado. O FSC influenciou e tem influenciado os sistemas e normas agrícolas existentes e em desenvolvimento. Suas normas também são organizadas em Princípios e Critérios, sendo os Princípios:

1. Obediência às leis e aos princípios FSC
2. Direitos e responsabilidades de posse e uso
3. Direitos dos povos indígenas
4. Relações comunitárias e direitos dos trabalhadores
5. Benefícios da floresta
6. Impacto ambiental
7. Plano de manejo
8. Monitoramento e avaliação
9. Manutenção de florestas de alto valor de conservação
10. Plantações de árvores

- Há também o sistema do EUREPGAP (<http://www.eurepgap.org/Languages/English/index.html>), criado por redes de varejistas e atacadistas da Europa, com o fim principal de garantir a segurança dos produtos vegetais e animais que comercializam. Portanto, o sistema avalia a qualidade sanitária destes produtos. Também considera questões trabalhistas e ambientais, mas com pouca

profundidade e num sistema de pequena participação da sociedade civil em relação aos anteriores.

- Finalmente, destacamos os sistemas de certificação ou verificação participativa, já citados anteriormente. O de maior relevância no Brasil é o da Rede Eco vida – www.ecovida.org.br. Está é composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias e comerciantes ecológicos. Tem abrangência nacional, com ênfase para a região sul do Brasil, com produção orgânica.

4. Aplicação para biocombustíveis

Considerando os sistemas citados, o orgânico, comércio justo da FLO, EUREPGAP e da RAS têm maior importância internacional. Para biocombustíveis, há maiores limitações dos sistemas orgânicos e de comércio justo. O comércio justo é limitado para pequenos produtores, que não serão os únicos ou principais fornecedores de matéria-prima para a produção de biocombustíveis. Quanto à certificação orgânica, a maior motivação dos consumidores orgânicos ainda está ligada à qualidade e sanidade de alimentos e não deve ser importante como opção para a compra de combustíveis. Além disso, embora seja crescente, ainda é relativamente pequeno o universo de produtores rurais com interesse para converter seus sistemas de produção em orgânicos. Finalmente, embora tanto os sistemas de comércio justo como os orgânicos estejam em constante evolução, seus padrões ainda não consideram ou consideram com pouca profundidade questões ambientais e sociais críticas para a produção de *commodities* que se transformarão em biocombustíveis. O mesmo vale para o EUREPGAP, com muita ênfase para aspectos sanitários, com pouca importância para aspectos de sustentabilidade.

Já o sistema da Rede de Agricultura Sustentável (RAS) foi desenhado para influenciar os sistemas de produção de culturas agrícolas de grande impacto socioambiental na região tropical, sendo aplicado há algum tempo para culturas como banana, café e cacau. Outro diferencial, especialmente frente aos sistemas orgânicos é a unidade de avaliação. No sistema da RAS avalia-se o desempenho socioambiental de toda a unidade produtiva ou propriedade. Nos sistemas orgânicos é possível somente avaliar áreas isoladas no interior da propriedade. A grande lacuna do sistema da RAS e dos demais sistemas é a avaliação da eficiência energética dos sistemas de produção que avalia, o que passa a ser uma importante variável para os biocombustíveis. Nenhum deles também considera o destino da matéria-prima, isto é, se será usado como alimento, combustível ou outro fim. Isto passou a fazer parte do debate sobre o tema, mas não nos parece que esta avaliação caiba aos sistemas de certificação.

5. Normas e padrões em desenvolvimento

Além dos sistemas existentes, há iniciativas internacionais que desenvolveram ou estão desenvolvendo normas, padrões ou princípios e critérios específicos para a avaliação de desempenho socioambiental para a produção de biocombustíveis ou de culturas agrícolas com forte importância para as cadeias de combustíveis. Entre estas podemos citar:

- Princípios e Critérios para a produção sustentável de dendê, produzidos pela Mesa Redonda Internacional para o Dendê. Estes podem ser encontrados em: <http://www.rspo.org/> O documento é organizado em Princípios e Critérios e os Princípios da versão de outubro de 2005 eram
 1. Commitment to transparency
 2. Compliance with applicable laws and regulations
 3. Commitment to long-term economic and financial viability
 4. Use of appropriate best practices by growers and millers
 5. Environmental responsibility and conservation of natural resources and biodiversity
 6. Responsible consideration of employees and of individuals and communities affected by growers and mills
 7. Responsible development of new plantings
 8. Commitment to continuous improvement in key areas of activity
- Critérios de Basel para a produção responsável de soja, sendo a referência atual para a Fórum da Soja Responsável. Informações sobre o Fórum e os critérios podem ser obtidos em : <http://www.responsiblesoy.org/eng/index.htm> Os critérios são organizados para cobrir as seguintes áreas:
 1. Conformidade com a legislação
 2. Aspectos da gestão e da produção
 3. Gestão ambiental
 4. Gestão social
 5. Melhoria contínua
 6. Rastreabilidade
- Critérios para a produção sustentável de biomassa, organizados por entidades holandesas. O documento pode ser obtido em www.forum-ue.de/bioenergy/txtpdf/project_group_netherlands_criteria_for_biomass_production_102006bonn.pdf
- Iniciativa para uma melhor cana-de-açúcar - Better Sugarcane Initiative, uma união multi institucional de entidades internacionais ligados à cadeia do açúcar, que pretende definir padrões para nortear empreendimentos sucroalcooleiros e o comércio responsável de produtos do setor. Mais informações sobre o processo em desenvolvimento em:

http://www.panda.org/about_wwf/what_we_do/policy/agriculture_environment/index/our_solutions/better_sugarcane_initiative/index.cfm

- Iniciativa brasileira para a certificação agrícola socioambiental, liderada por Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, em nome de um grupo de ONGs brasileiras.
- Além destes processos multi-participativos, que compartilham abordagens semelhantes, há também selos criados por organizações de maneira isolada, sem consulta a partes interessadas e sem regras definidas para a sua aplicação. Estes devem ter pequeno impacto no comércio internacional.

Muitas destas iniciativas têm potencial para promover mudanças socioambientais na produção de biomassa para a produção de biocombustíveis. Porém, embora alguns destes documentos estejam sendo criados e discutidos de maneira direcionada para o setor, ainda não está claro como serão aplicados como ferramenta de promoção, monitoramento ou implantação de mudanças socioambientais nas áreas de produção. Estes podem ser usados para influenciar políticas públicas, privadas e de compra, como códigos de conduta, mecanismos de verificação ou avaliações independente com fim de certificação. Podem também funcionar para regular relações comerciais entre produtores e compradores da cadeia. Além do mérito técnico e político do desenvolvimento destas normas ou padrões, sua efetividade e credibilidade como instrumento promotor de mudanças dependerá da forma como serão aplicados. Caso resulte em rotulagem de produtos finais e também para haver conhecimento e apoio público, as normas têm que ser aplicadas em sistemas de verificação ou certificação, com mecanismos que garantam transparência e independência.

Neste sentido, para o desenvolvimento de padrões e de sistemas com transparência, independência e credibilidade, a principal referência institucional e conceitual são os códigos propostos pela entidade ISEAL Alliance (International Social and Environmental Accreditation and Labelling - www.isealalliance.org). Esta é uma associação de organizações de definição de padrões e avaliação de conformidade que se baseiam em temas sociais ou ambientais. Seguindo seus protocolos, pode-se desenvolver normas e sistemas com reconhecimento internacional, inclusive pela Organização Mundial do Comércio. IFOAM, FLO, FSC e RAS são alguns dos membros desta organização.

Outra organização importante para apoiar a criação e manutenção de novos padrões e sistemas de certificação é a Ethical Certification and Labelling (ECL - <http://www.mvwebsolutions.com/index.php>). Esta entidade internacional, com sede na Suíça, é um fórum multi-participativo, especializado na governança de sistemas de certificação e rotulagem socioambiental, procurando garantir o equilíbrio entre as partes interessadas nos processos de sistemas com

abordagem socioambiental. Seus procedimentos procuram gerar normas internacionais compatíveis com os requerimentos da ISEAL e da ISO.

6. Considerações finais

Verificamos que há algumas iniciativas que já lidam com a certificação de produtos e processos que podem ser aplicados diretamente para biocombustíveis. A maioria deles possui abordagem socioambiental, com diferentes profundidades para aspectos sociais, de conservação da biodiversidade, uso de agrotóxicos e relação e organização de pequenos produtores. Além das normas de padrões, estas iniciativas estão inseridas em sistemas de certificação, onde há políticas e procedimentos que procuram garantir independência e transparência ao sistema, aumentando sua credibilidade. Estas porém poderiam ser aplicadas imediatamente para biocombustíveis, principalmente o sistema da RAS (Rede de Agricultura Sustentável).

Além disto, há alguns projetos internacionais, onde há normas ou padrões desenvolvidos ou em desenvolvimento. A principal questão é como estes documentos serão aplicados. Como se garantirá a efetividade destes documentos como instrumento promotor de mudanças? Há a opção de criar novos sistemas de certificação específicos para biocombustíveis para cada uma destas iniciativas. Todavia, isto requer grandes investimentos de recursos materiais e humanos, tanto para o processo político quanto técnico para a criação e implementação de um novo sistema. Além disso, uma multiplicidade de selos e certificados confunde tanto consumidores finais como intermediários.

Portanto, recomendamos a aplicação imediata da RAS e sugerimos a harmonização desta com as novas normas em desenvolvimento. Isto é, identifica-se as lacunas entre estas normas e a da RAS e cria-se “pontes” que ligam as normas em um sistema somente, sem a necessidade e criação de novos selos. Para os casos específicos de pequenos produtores e de produção orgânica, deve-se aplicar os sistemas pertinentes.

Outra opção é a criação de um sistema guarda-chuva para a certificação agrícola socioambiental internacional, onde considera-se todos os sistemas e normas existentes, mas garante-se padrões e procedimentos mínimos comuns. Esta tem sido a abordagem da Iniciativa Brasileira para Certificação Agrícola Socioambiental.

Em qualquer uma destas opções deve-se seguir procedimentos que garantam a credibilidade da certificação, para que sejam reconhecidas internacionalmente pela ISEAL ou pela ISO, e não serem consideradas barreiras comerciais pela Organização Mundial do Comércio.